

## 1. LOCALIZAÇÃO

<b>SÍTIO</b>	Yvyrupa
<b>LOCALIDADE</b>	Conjunto das Aldeias Guarani localizadas no Estado do Paraná
<b>MUNICÍPIO / UF</b>	Abatiá; Abelardo Luz; Açungui; Ampere; Cascavel; Céu Azul; Chopinzinho; Corbélia; Cornélio Procópio; Coronel Vivida; Cruz Machado; Diamante d'Oeste; Dois Vizinhos; Espigão Alto do Iguaçu; Foz do Iguaçu; Guaíra; Guaraqueçaba; Icaraima; Inácio Martins; Itaipulândia; Jesuítas; Mangueirinha; Manoel Ribas; Marechal Cândido Rondon; Mercedes; Nova Laranjeiras do Sul; Palmas; Paranaguá; Piraquara; Pitanga; Pontal do Paraná; Quedas do Iguaçu; Ramilândia; Ribeirão do Pinhal; Salto do Lontra; Santa Amélia; Santa Helena; Santa Teresinha de Itaipu; São Jerônimo da Serra; São Miguel do Iguaçu; Terra Roxa; Toledo; Tomazina; Tupãssi; Ubitatã; União da Vitória; Virmond

## 2. FOTOS

Obs.: Para lista completa das fotos inventariadas, consultar o *Anexo 2: Registros audiovisuais*.



Preparação de Roça de Milho na Aldeia Pinhal/ TI Rio das Cobras. 2010. Acervo CTI. Foto: Fábio Kuaray Veríssimo



Aldeia Pinhal. 2008. Encontro para Intercâmbio de Mudas e Sementes com a Aldeia de Parati-Mirim/RJ. Acervo CTI. Foto: Luiz Lira.

### 3. REFERÊNCIAS CULTURAIS

Obs.: Para lista completa dos bens inventariados, consultar o *Anexo 3: Bens culturais inventariados*.

## SÍNTESE

Nesta primeira etapa de levantamento preliminar do INRC, não foram realizadas atividades de pesquisa de campo, indispensáveis para o levantamento de referências culturais. Estas informações serão coletadas durante a aplicação do INRC. Apesar de não ter sido ainda realizado o detalhamento das práticas tradicionais, muitas aldeias do oeste do Paraná são referências para os Guarani de outras regiões no diz respeito à agricultura, pois constituem-se em centros de dispersão de grande variedade de cultivos tradicionais, produzidos de acordo com o sistema agrícola Guarani.

Para uma descrição mais detalhada da fase atual do Inventário de Referências Culturais ver Ficha de Sítio.

## 4. DESCRIÇÃO

Obs.: Para lista completa dos documentos escritos inventariados, consultar o **Anexo 1: Bibliografia**.

### 4.1. POPULAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

A população guarani no Estado do Paraná está distribuída em Terras Indígenas (TIs) localizadas tanto na zona litorânea do Estado quanto nas regiões norte, sul e oeste. Na região oeste do Paraná, observa-se uma continuidade sociológica e cultural com outros grupos guarani que vivem no Estado do Mato Grosso do Sul, na margem direita do rio Paraná. Na tabela que segue, é possível observar as diversas áreas ocupadas pelos Guarani, assim como a situação fundiária das áreas. Informações relativas às taxas populacionais são meramente estimativas.

Terra Indígena	Outras Dominações para a TI	Presença Guarani atual	Município(s)	UF(s)	Litoral	Grupo(s) Étnicos	Sub-Grupo Guarani	Situação Fundiária	Área (há)
TI Palmas		SIM	Abelardo Luz/Palmas-PR	SC; PR	NÃO	Guarani e Kaingang	Nhandeva	Homologada	3800.8794
TI Rio Areia		SIM	Inácio Martins	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/Mbya	Homologada (e Regularizada)	1352.3784
TI Barão de Antonina		SIM	São Jerônimo da Serra	PR	NÃO	Guarani e Kaingang	Nhandeva	Homologada (e Regularizada)	3750.722
TI Ava-Guarani do Ocoí	Ocoí	SIM	São Miguel do Iguacu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/Mbya	Regularizada (Dominial Indígena)	231.887
TI Ivaí		SIM	Pitanga/Manoel Ribas	PR	NÃO	Guarani, Xetá e Kaingang	Mbya	Homologada (e Regularizada)	7306.3478
TI Rio das Cobras		SIM	Espigão Alto do Iguacu/Nova Laranjeiras do Sul	PR	NÃO	Guarani e Kaingang	Mbya	Homologada (e Regularizada)	18681
TI Mangueirinha	Palmeirinha	SIM	Mangueirinha / Chopinzinho / Coronel Vivida	PR	NÃO	Guarani e Kaingang	Mbya	Homologada (e Regularizada)	16375
TI Laranjinha	Santa Amélia	SIM	Santa Amélia/ Abatia	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva	Homologada (e Regularizada)	284.2412
TI Pinhalzinho		SIM	Tomazina	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva	Adquirida	593
TI São Jerônimo da Serra		SIM	São Jerônimo da Serra	PR	NÃO	Guarani, Xetá e Kaingang	Nhandeva	Homologada (e Regularizada)	1339.3364
TI Tekoha Añetete	Diamante	SIM	Diamante d' Oeste/ Ramilândia	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/Mbya	Homologada	1774.7063
TI Yvyaporã Laranjinha		NÃO	Ribeirão do Pinhal/ Abatia/ Cornélio Procopio	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva	Declarada	1238
TI Palmital	Kaaguy Guaxu, Palmital do Meio	SIM	União da Vitória/ Cruz Machado	PR	NÃO	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Tekoha Itamarã		SIM	Diamante d'Oeste	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva	Adquirida	242
TI Ilha da Cotíngia	Ilha da Cotíngia	SIM	Paranaguá (Ilha da Cotíngia e Rasa da Cotíngia)	PR	SIM	Guarani	Mbya	Homologada (e Regularizada)	1701.202
TI Tekoha Marangatu		SIM	Guaira	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva	Em estudo	
TI Araguaçu / Terra Roxa	Araguaçu, Ciudad Real de Guairá, Barra do Piquiri	SIM	Terra Roxa	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva	Em estudo	
TI Tatu Jupí		NÃO	Céu Azul	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/Mbya	Sem Providências	
TI Colônia Guarani		NÃO	Foz do Iguacu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/Mbya	Sem Providências	

TI Mokoi Tajy	Dois Ipês, Dos Lapachos	NÃO	Foz do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Ipiranga		NÃO	Foz do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Mborevy	Anta	NÃO	Santa Teresinha de Itaipu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Oco'y Jakutinga		NÃO	Itaipulândia	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Arroio Leon		NÃO	Santa Teresinha de Itaipu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Vitorace		NÃO	Santa Teresinha de Itaipu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Mboicy		NÃO	Foz do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI São João Velho		NÃO	Foz do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Guarani		NÃO	Foz do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Sanga Funda		NÃO	São Miguel do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Passo Kué		NÃO	São Miguel do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Lope'i		NÃO	Cascavel	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Barro Preto	Yvy u	NÃO	Cascavel	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Mbopikua	M'boi Picua	NÃO	Corbéia	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Pakova		NÃO	Cascavel	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Britador		NÃO	Toledo	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Campina		NÃO	Toledo	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Paraje		NÃO	Toledo	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Quatro Pontes		NÃO	Marechal Cândido Rondon	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Rio Branco (Paraná)		NÃO	Mercedes	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Camba'i		NÃO	Mercedes	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Memória		NÃO	Tupãssi	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Jabuticaba		NÃO	Jesuítas	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Yvyra Petei	Iguaçuinho	NÃO	Ubiratã	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Santa Rosa		NÃO	Santa Helena	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Três Irmãs		NÃO	Santa Helena	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Yva Karetã	Mato Queimado 2	NÃO	Espigão Alto do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Rio Tapera		NÃO	Virmond	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Morro das Pacas		NÃO	Guaraqueçaba	PR	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Superagui	Piragui	NÃO	Guaraqueçaba (Ilha do Superagui)	PR	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Rio Jaracatia		NÃO	Ampere/ Dois Vizinhos	PR	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Eiretã (Ilha do Mel)	Ilha do Mel	NÃO	Paranaguá	PR	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Ilha Jacaré		NÃO	Icaraima	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva	Sem Providências	
TI Cerco Grande		SIM	Guaraqueçaba	PR	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Pescada		NÃO	Guaraqueçaba (Ilha das Peças)	PR	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Peças		NÃO	Guaraqueçaba (Ilha das Peças)	PR	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Barra Ararapira		NÃO	Guaraqueçaba	PR	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Sambaqui		SIM	Pontal do Paraná	PR	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Santiago	Cachoeirinha, Salto Santiago	NÃO	Quedas do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Açungui		NÃO	Açungui	PR	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Tekoa Yy Hovy		SIM	Guaira	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva	Sem Providências	
TI Karugua	Pirakuara, Araça'i	SIM	Piraguara	PR	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Tekoha Porã		SIM	Guaira	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva	Em estudo	
TI Salto Lontra		NÃO	Salto do Lontra	PR	NÃO	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Rio Guavirá		NÃO	Foz do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Takua Pindaí		NÃO	Foz do Iguaçu	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	
TI Tekoha Vy'a Renda		SIM	Santa Helena	PR	NÃO	Guarani	Nhandeva/ Mbya	Sem Providências	

Levantamento das TIs Guarani -Mapa Yvyrupa -O Território Guarani -Data da atualização: 18/10/1010 -Centro de Trabalho Indigenista

Fontes: Representantes Guarani e Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) – Centro de Trabalho Indigenista – Rodrigo Venzon – Maria Dorothea Post Darella – Maria Lúcia Brant de Carvalho – Paulo Porto – Celeste Ciccarone

#### 4.2. PAISAGEM NATURAL E MEIO AMBIENTE

O Paraná apresenta uma estreita planície no litoral. A serra do Mar representa a borda dos Planaltos e as Serras de Leste-Sudeste. Após a Depressão Periférica, no centro-leste do estado, surgem os Planaltos e Chapadas da Bacia do Paraná. Originalmente, cerca de metade do território paranaense era recoberto pela Mata de Araucárias. Segundo o Conama (1992), a presença da Mata Atlântica no estado do Paraná corresponde a 96,65% do território. Nas partes mais elevadas dos planaltos, manchas de campos são comuns.

Os biomas predominantes são de Floresta Ombrófila Mista, também conhecida como Floresta de Araucária. É um ecossistema com chuva durante o ano todo, normalmente em altitudes elevadas, e que contém espécies angiospermas mas também coníferas.

Os rios da Bacia Hidrográfica do Rio Paraná drenam a quase totalidade do estado. Os principais cursos d'água são, além do próprio Rio Paraná, o Paranapanema, o Iguaçu e o Ivaí. O clima paranaense é predominantemente subtropical úmido. A temperatura varia entre 14°C e 22°C, e o clima é mais frio na porção sul planáltica. Os índices pluviométricos oscilam de 1.500 mm a 2.500 mm anuais.

Para uma discussão mais abrangente da territorialidade guarani e meio ambiente, consulte a ficha de sítio.

#### 4.3. MARCOS EDIFICADOS

As aldeias que fazem parte deste levantamento apresentam construções feitas pelos Guarani, como suas habitações e casas de reza (*Opy*), assim como um conjunto de construções feitas pelo Poder Público ou outros agentes, como posto de saúde, escola, cozinhas comunitárias, etc. Não é possível realizar uma relação definitiva destas construções nas Terras Indígenas localizadas no Paraná pois, além da casa de rituais (*Opy*) e das casas para moradia construída pelos próprios Guarani as demais edificações e instalações, à exceção das escolas, vão sendo construídas segundo fluxos não sistemáticos relacionados à ações do Estado. Para maiores informações sobre este item, consulte a ficha de sítio.

## 5. FORMAÇÃO HISTÓRICA

Obs.: Para lista completa das fontes inventariadas, consultar o *Anexo 1: Bibliografia*.

### 5.1. RESUMO

A ocupação guarani no que hoje conhecemos como sendo o Estado do Paraná é muito antiga e data de períodos pré-coloniais.

A documentação existente no período colonial (século XVI a XVIII), já fartamente citada e analisada, é de muita importância e determina com certo detalhamento a extensão do território guarani na época da chegada dos primeiros europeus, tanto ao sul da América, quanto mais especificamente na região conhecida hoje como Paraná. Esse vasto território compreendia não somente as fronteiras meridionais da colônia, descritas tanto por Cabeza de Vaca, Schmidel e Salazar, como também grandes extensões da faixa litorânea (de norte a sul) do Brasil (ver Hans Staden, Jean de Léry, etc.).

Vale lembrar a importância dos empreendimentos jesuíticos durante o período colonial. A *escrita* sempre manteve uma posição central no dispositivo missional jesuítico, fazendo com que muitas memórias, cartas e diários fossem escritos; esse *corpus textual* permitiu que se definisse com relativa precisão a organização e a distribuição das reduções católicas e contribuiu com informações sobre a estrutura social, política e territorial dos diferentes agrupamentos guarani distribuídos nas diferentes regiões colonizadas pelos jesuítas (Tape, Guairá, Itatins, etc.).

Boa parte da região que hoje conhecemos como Paraná fazia parte da coroa espanhola e, sobretudo, seus lindes mais orientais. Nesse território, as antigas missões do Guairá, que tiveram uma vida relativamente curta (1609-1630) e que foram detalhadamente descritas pelo padre jesuíta Antonio Ruiz de Montoya, estavam localizadas nas fronteiras do império espanhol e português. Toda essa região seria anexada pela coroa portuguesa após a expulsão da ordem inaciana durante a segunda metade do século XVIII e depois de firmado o tratado de Madrid sobre a delimitação das fronteiras entre as duas coroas. Félix de Azara (1742-1821), enviado pela coroa espanhola para participar das campanhas de demarcação de fronteira, descreve detalhadamente a extensão da área ocupada pelos Guarani. No seu relato sobre a “*Viagem pela América Meridional*”, Azara, que inspirará as elites independentistas sul-americanos, delinea um território que abrange tanto as regiões mais meridionais (próximos a atual Buenos Aires), até zonas mais orientais entre os rios Paraná e Paraguai. Sem contar os grupos chiriguano do piemonte andino, o território guarani fazia limite com o território dos “Cavaleiros”, também conhecidos como Mbaya-Guaicuru que viviam a oeste do rio Paraguai.

Consta na literatura guaraníca que após a destruição das missões jesuítas do Guairá (causadas primeiramente pelas distintas bandeiras paulistas do início do século XVII e em seguida pela expulsão dos jesuítas do continente na segunda metade do século XVIII), os Guarani teriam se dispersado pelas matas, organizando-se novamente em aldeias livres e relativamente autônomas. Emerge, a partir desse momento, um deslizamento etnonímico, e nota-se o surgimento na literatura de grupos *Caingua* ou *Caiua*, que globalmente significa “habitantes da mata”. Esses termos foram usados para se referir a grupos que teriam se reestruturado após a experiência reducional e que teriam se reorganizado de forma autônoma nas matas das vastas regiões ainda não conquistadas pelas jovens repúblicas (Argentina e Paraguai) e pelo jovem império brasileiro (1822), ou mesmo a grupos que não teriam vivido a experiência reducional, ocupando as regiões mais inacessíveis das matas para evitar o contato direto com esses empreendimentos.

Temos, igualmente, muitas informações sobre a ocupação guarani no sul e sudeste do Brasil durante o período imperial (1822-1888). No entanto, antes de tudo, vale lembrar que somente no ano de 1853 o Paraná é elevado à categoria de Província, estando antes sob jurisdição da Província de São Paulo e sob a administração de sua capital. No entanto, a emancipação de Curitiba acarreta uma grande reorganização da política indigenista provincial. Assim, o Paraná, no início dos 1850, implementa um modelo de reestruturação da política de gestão das populações indígenas que servirá de exemplo para as outras províncias do império. Essa nova política indigenista, por assim dizer, acompanha um processo mais amplo de colonização das “fronteiras desconhecidas do império”, que por sua vez, segue uma política paralela de povoamento da nação. Sem dúvida alguma, um dos principais atores dessa política nas Províncias do Paraná, São Paulo e Mato Grosso, foi João da Silva Machado, que posteriormente será conhecido como Barão de Antonina. Encarregado de administrar a construção de uma via de comunicação terrestre/fluvial que ligasse o porto de Antonina na costa paranaense ao porto de Cuiabá sobre o rio Paraguai, o Barão de Antonina empreendeu inúmeras expedições que atravessaram em cheio as regiões ocupadas pelos Guarani e Kaingang. Nesse contexto, o Barão de Antonina é um personagem interessante, que foi capaz de conjugar os interesses do Império (construir caminhos, colonizar e empurrar as fronteiras) e seus interesses particulares (apropriando extensas regiões num período marcado pela Lei de Terras de 1850, que instala a propriedade privada no Brasil). Boa parte das “*Jornadas Meridionais*” (assim foram chamadas as expedições do Barão de Antonina) está descrita pelos sertanistas Joaquim Francisco Lopes e João Henrique Elliott. Essas expedições cruzaram todo o território paranaense pelos vales dos rios Paranapanema, Ivaí, Tibagi e Paraná, entrando diretamente no cone sul do Mato Grosso do Sul. As diversas memórias, por sua vez, foram publicadas na

Revista do Instituto Histórico e Geográfico e narram com detalhes interessantes como se realizavam tais expedições. Descrevem, sobretudo, a localização dos diferentes grupos indígenas que estavam na região (tanto guarani quanto kaingang). Vale lembrar que muitas dessas expedições não só encontravam índios pelo caminho, mas, sobretudo, eram guiadas pelos próprios índios que conheciam muito bem toda a região. A partir da documentação do século XIX, pesquisada nos arquivos do Paraná, aparece a figurado cacique Liguarujú ou Libânio, que participou ativamente do empreendimento administrado pelo Barão de Antonina. Libânio morreu no ano de 1866, com o título de Capitão, devido aos serviços prestados à coroa, no aldeamento capuchinho de São Pedro de Alcântara, administrado pelo frei Timóteo de Castelnuovo entre os anos de 1855 e 1895.

Os aldeamentos capuchinhos foram instituídos pelo Regulamento nº 426 de 1845 e tiveram uma função importante em todo o território do império. Meio século após a expulsão dos jesuítas, uma nova ordem católica é chamada para administrar a “pacificação” dos grupos indígenas dos sertões. No entanto, dessa vez, ela não age de forma autônoma, estando sob tutela do Imperador. Esses aldeamentos tiveram múltiplas funções. Por um lado, uma missão civilizatória (sedentarizar e catequizar almas infieis); por outro, liberar terra para a colonização; e por fim, povoar os sertões com o duplo objetivo de dilatar e marcar soberania nas fronteiras. No caso da Província do Paraná todas essas funções se conjugarão em torno da iminência da Guerra do Paraguai (1864-1870). Vale constatar que os diferentes aldeamentos indígenas da Província do Paraná – e de todoo império – foram erigidos contiguamente a colônias militares e agrícolas, formando, nesse sentido, parte do dispositivo colonial do Império. Durante a Guerra do Paraguai muitos desses aldeamentos foram usados como núcleos de abastecimento ou mesmo como retaguarda das tropas de Voluntários da Pátria, que se encontravam nas linhas de frente.

Dos distintos aldeamentos indígenas criados na Província do Paraná podemos citar alguns, dentre eles: São Pedro de Alcântara; Nossa Senhora do Loreto de Pirapó; São Jerônimo; Santo Inácio do Paranapanema. Vale lembrar, que no século XIX, a documentação está atenta para uma circulação muito forte por parte dos Guarani, descrevendo sua movimentação entre os aldeamentos acima citados e os aldeamentos de São João Baptista do Rio Verde e Itariri. O primeiro localizado nos vales dos rios Verde e Itararé; o segundo, localizado na Serra do Itatins; ambos na Província de São Paulo.

O sistema de aldeamento católico veio abaixo com o avance das idéias republicanas que modificaram fortemente o modelo da política indigenista nacional. Influenciado pela filosofia positivista e por uma moral militarista, que na sua forma hegemônica e estatal veio a dar origem ao Serviço de Proteção aos Índios em 1910 (SPI), esse novo modelo separou o imperativo de catequese, instalando por sua vez, o imperativo de integração nacional, através da inserção da mão-de-obra indígena no mercado regional. Criou-se assim a categoria de “Colônias” e “Postos” Indígenas”. A queda do sistema de aldeamento produziu um loteamento das terras antes ocupadas. Assim, o sistema de “Colônias” estruturou-se a partir da unidade territorial de “uma légua em quadra”, acarretando uma grande diminuição das terras indígenas reconhecidas pelo governo.

A primeira metade do século XX foi marcante para a história das populações indígenas do sul e sudeste do Brasil. Esse período caracteriza um momento de fragilidade das populações indígenas da região, que conheceram um drástico aumento na mortalidade, assim como uma drástica diminuição das áreas ocupadas. É justamente na primeira metade do século XX que alguns povos, como os Xetá, por exemplo, são praticamente dizimados nos Estados do Paraná e Santa Catarina. No Paraná, como em diversas outras regiões, o aumento dos empreendimentos colonizadores inaugura o que hoje chamamos de “conflito territorial” entre índios e colonos.

A criação das “Colônias” e “Postos Indígenas” administradas pelo SPI terminou por atrair grupos que vieram a se instalar próximos à sede dos Postos, frequentemente através de campanhas incisivas e violentas para trazer e manter as famílias indígenas em torno dos postos, impedindo-as de retornarem para suas áreas, que deveriam ficar livres para a colonização e instalação de empreendimentos. Neste ínterim o contato com núcleos coloniais fez com que os conflitos aumentassem e que epidemias se propagassem. Segundo TOMMASINO (1991) em 1934 epidemias dizimaram os índios guarani da região do rio Laranjinhas.

As décadas de 1970 e 1980 são marcadas por grandes conflitos no estado, com o intuito de resgatar e reocupar terras indígenas que haviam sido invadidas. Nessa época (1975), a população indígena do estado chegava a 2 mil e 500 índios; em 1985 eles já somavam 5 mil. Atualmente a população chega a aproximadamente 9 mil índios de etnias variadas.

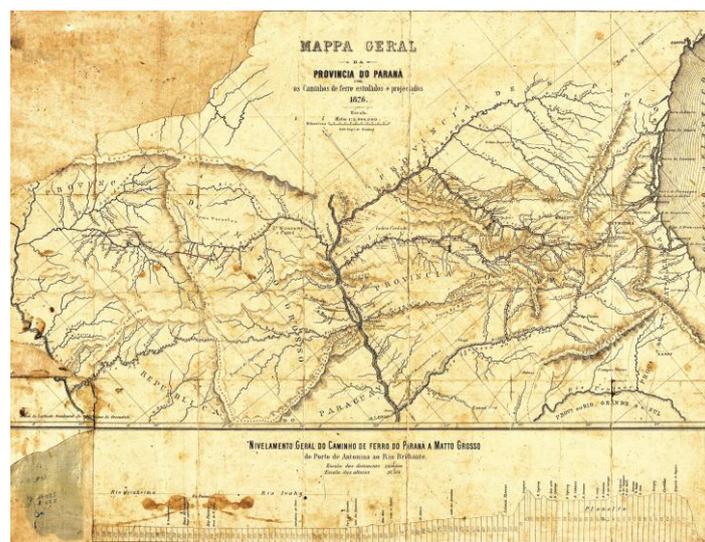
A configuração atual do território guarani no Estado do Paraná é consequência desse longo e conturbado período histórico, e as terras ocupadas pelas diversas aldeias ou comunidades não representam de nenhuma forma a globalidade do território de ocupação tradicional. Assim, as distintas TIs estão localizadas de forma descontínua entre o litoral (com uma população majoritariamente Mbya), o sul e o oeste (majoritariamente Nhandéva) do Estado.

Como podemos observar no quadro acima, existem aproximadamente 20 TIs com ocupação guarani. Essa ocupação não é exclusiva, e em algumas TIs, como Mangueirinha e Rio das Cobras, por exemplo, os guarani dividem a terra com grupos kaingang. De qualquer forma, observamos que as distintas TIs se encontram em quatro tipos de situação fundiária; homologadas, identificadas, declaradas e registro dominial indígena.

5.2. CRONOLOGIA	
Data	EVENTO
1845	Regulamento nº 426 que institui a criação dos aldeamentos indígenas.
1850 a 1890	Criação dos Aldeamentos Indígenas da Província do Paraná.
1890 a 1910	Loteamento dos antigos aldeamentos
Década de 1910	Assinatura da escritura, pelo Sr. Coronel José Carvalho Oliveira, que prometia 100 alqueires de terra para a pacificação dos índios. Criação dos primeiros “Postos Indígenas” no Estado do Paraná.
Década de 1920 a 1930	Propagação de epidemias e aumento da mortalidade. Epidemia de malária causa mortandade na população indígena que estava localizada na região do Rio das Cinzas e Tibagi.
Década de 1940	Aumento da colonização e pressão sobre os territórios indígenas do Estado.
Década de 1970	Construção da Represa de Itaipu, inundação das Terras Indígenas Tradicionais, com a destruição de plantações, matas, habitações e cemitérios guarani. As famílias guarani que viviam perto do Rio Paraná são transferidas para outras áreas, onde não conseguem encontrar condições de plantio e recursos naturais satisfatórios.
Desde 1980	Período de intensificação das reivindicações indígenas pela terra.

## 6. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS

A seguir, está um conjunto de mapas históricos que apresentam como se deu a formação do estado do Paraná a partir de sua emancipação em relação à Província de São Paulo no ano de 1853. Observa-se que nestes mapas é possível localizar os antigos aldeamentos indígenas da Província do Paraná, assim como as zonas de influência das populações guarani e kaingang. Esses mapas estão disponíveis na página internet do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Estado do Paraná (<http://www.itcg.pr.gov.br/>).



**Mapa 1:** Vias de comunicação projetadas pelo governo Provincial Paranaense em 1872 com o objetivo de ligar a costa atlântica à bacia do Rio Paraguai. Preocupação do Império em exercer soberania sobre as fronteiras após a Guerra do Paraguai (1864-1870).



## **Constituição Estadual do Estado do Paraná:**

### **CAPÍTULO II DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO**

#### **SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO**

Art. 183. Compete ao Poder Público estadual normatizar e garantir a aplicação das normas e dos conteúdos mínimos para o ensino pré-escolar, fundamental, médio e de educação especial, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos universais, nacionais e regionais

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

#### **CAPÍTULO IX DO ÍNDIO**

Art. 226. As terras, as tradições, usos e costumes dos grupos indígenas do Estado integram o seu patrimônio cultural e ambiental, e como tais serão protegidos.

Parágrafo único. Esta proteção estende-se ao controle das atividades econômicas que danifiquem o ecossistema ou ameacem a sobrevivência física e cultural dos indígenas.

## **8. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS**

### **8.1. PROBLEMAS E POSSIBILIDADES**

Nessa fase preliminar, consideramos extremamente pertinente o apontamento de problemas e possibilidades que tem maior relevância para uma boa condução da fase de aplicação do INRC nas aldeias. Essas questões foram abordadas na “ficha de sítio”. Aqui, optamos por apontar de maneira geral alguns dos impasses que se apresentam para as aldeias localizadas no Estado do Paraná.

A situação das comunidades guarani das regiões sul e sudeste do Brasil apresentam, em sua maioria, dificuldades relativamente parecidas, sendo as questões fundiárias, educativas, sanitárias e ambientais as mais importantes. Dificuldades ligadas à falta de terras, ao avanço da agroindústria de soja, gado e cana, sobretudo, na região oeste e norte do estado do Paraná, causando impactos consideráveis na qualidade dos solos, e conseqüentemente nas condições sanitárias das T.I. O arrendamento de Terras Indígenas, por parte de pessoas não indígenas, mesmo sendo proibido legalmente, é uma prática comum no Estado. Além desses problemas, algumas lideranças guarani do Estado do Paraná apresentaram na reunião da Comissão Nacional de Terra Guarani – Yvy Rupa, realizada em Julho de 2009, outros tipos de dificuldades. A principal reivindicação apresentada nessa ocasião foi a situação vivida nas TIs de Mangueirinha e Rio das Cobras, onde as aldeias guarani dividem o mesmo espaço com as aldeias kaingang. Segundo uma liderança guarani da TI Mangueirinha, por estarem localizados na entrada da TI., os kaingang passam a mediar a maioria das relações com as agências governamentais e associativas, conduzindo assim a maioria dos projetos e financiamentos que entram na T.I. Segundo essa liderança essa situação não é particular à TI de Mangueirinha, sendo freqüente em outras TI do Estado do Paraná. No caso do Rio das Cobras, os Guarani reclamam que além de sofrerem pressão por parte dos Kaingang, que reivindicam partes das aldeias de Água Santa e Tapixi, embora sejam ocupadas pelos Guarani, a proximidade do Posto Indígena com as aldeias kaingang prejudica o acesso dos Guarani a recursos, projetos e intervenção na política indigenista regional. As lideranças do Rio das Cobras também reclamam da interdição do acesso às suas terras tradicionais, atualmente ocupadas por empreendimentos ou particulares. Neste contexto, assistem ao desmatamento acelerado dessas áreas, sem que possam interferir.

No quadro que segue, apresentamos obras de infra-estrutura situadas nas Terras Indígenas ou no seu entorno e que, em todo caso, afetam diretamente as aldeias.

### Obras de infra-estrutura

Terras Indígenas	Obras	Jurisdição	Situação
Apucarana	Hidrelétrica Apucarantina	Estadual	Construído
Avá-Guarani/Ocoí	Rodovia BR-277	Federal	Construído
Barão de Antonina I	Linhas de transmissão da Copel	Estadual	Construído
Mangueirinha	Hidrelétrica Salto Santiago/ Hidrelétrica de Segredo/Linhas de transmissão/	Federal	Construído/Planeja do/Construído
Rio das Cobras	Rodovia BR-277/ Rodovia PR- 473/Linhas de transmissão	Federal/Estadual/Federal	Construído
São Jerônimo da Serra	Rodovia PR-090	Estadual	Construído
Tibagy/Mococa	Hidrelétrica de São Jerônimo da Serra/ Hidrelétrica de Mauá	Estadual	Planejado/ Em construção

Fonte: ISA (2006)

## 8.2. RECOMENDAÇÕES

Nessa fase preliminar, consideramos extremamente pertinente o apontamento de recomendações para uma boa condução da fase de aplicação do INRC nas aldeias. Essas questões foram abordadas na “ficha de sítio”. Aqui, optamos por apontar de maneira geral algumas recomendações para condução de políticas públicas voltadas para as aldeias localizadas no Estado do Paraná.

Enfatiza-se a recomendação da finalização rápida dos processos de regularização fundiária que se iniciaram no Estado do Paraná, e que ainda estão em fase de identificação. É imprescindível que as Terras Indígenas compartilhadas por mais de um povo indígena, como o é caso das TIs Mangueirinha e Rio das Cobras, tenham a formação de um GT, com participação das lideranças dos diferentes grupos indígenas interessados e da Funai para a construção de uma política de definição participativa de ocupação e uso do território, assim como de gestão de projetos e recursos.

Recomenda-se um aperfeiçoamento das políticas públicas sobre o manejo sustentável das Terras Indígenas guarani, assim como um aprimoramento das políticas públicas no âmbito municipal, estadual e nacional de valorização cultural das populações indígenas nesta região.

## 9. DOCUMENTOS ANEXADOS

Obs.: Ver Anexo 1: Bibliografia

ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	
ANEXO 4: CONTATOS	
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS	

## 10. IDENTIFICAÇÃO DA FICHA

Pesquisador(es)	PABLO ANTUNHA BARBOSA, DRIÉLI VIEIRA	
Supervisor	Adriana Queiroz Testa, Daniel Calazans Pierri, Igor Scaramuzzi e Maria Inês Ladeira	
Redator	PABLO ANTUNHA BARBOSA, DRIÉLI VIEIRA	<b>Data</b> 20/02/2011
Responsável pelo inventário	Centro de Trabalho Indigenista	